

MEMORIAL DE CREDENCIAMENTO FUNDAÇÃO DO ABC

PROCESSO N° HGC0423/25 - MEMORIAL DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, PARA ATENDER AO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO – HGC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

1.0. PREÂMBULO

Este Memorial tem por objetivo de disciplinar o processo de credenciamento de **SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, PARA ATENDER AO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO – HGC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.**

1.1. Poderão participar do credenciamento as pessoas jurídicas que comprovem especialidade na área desejada para a prestação dos serviços.

1.2. Ficam impedidos de participar direta ou indiretamente dos processos de aquisições e contratações da FUNDAÇÃO DO ABC e suas mantidas, assim como, da prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, seus funcionários, dirigentes, membros do conselho e empresas ou pessoas físicas que tenham, nos últimos 5 (cinco) anos algum processo trabalhista ou cível contra a FUNDAÇÃO DO ABC e suas UNIDADES GERENCIADAS.

1.3. O Memorial de Credenciamento estará disponível para download no site da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br), na aba “PUBLICAÇÕES OFICIAIS – EDITAIS.

1.4. Os envelopes de habilitação deverão ser entregues fisicamente na **FUNDAÇÃO DO ABC**, sito a Avenida Lauro Gomes, 2000 – Vila Sacadura Cabral – Santo André – SP – CEP: 09060-870, **a partir do dia 08 de agosto de 2025.**

2.0. OBJETO

2.1. O Presente destina-se ao credenciamento para contratação de **SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, PARA ATENDER AO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO – HGC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**, localizado na Rua da Pedreira, 95 – Parque José Alexandre – Carapicuíba – SP, pelo período de 12 (doze) meses, por meio do Contrato de Gestão pactuado entre o FUABC e Secretaria de Estado da Saúde – SES.

2.2. O Serviço será prestado conforme dias e horários que serão sinalizados pela CREDENCIADA, conforme anexo.

3.0. DA FORMA DE INSCRIÇÃO/HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados poderão inscrever-se a partir da data da publicação do presente Memorial, sendo que serão admitidos documentos entregues fisicamente na FUNDAÇÃO DO ABC, sito a Avenida Lauro Gomes, 2000 – Vila Sacadura Cabral – Santo André – SP – CEP: 09060-870, **a partir do dia 08/08/2025.**

3.2. A Credenciada deverá preencher a ficha de requerimento de credenciamento, conforme modelo constante no Anexo II deste edital, que deverá ser entregue juntamente com os documentos de habilitação.

3.3. Somente serão credenciadas pessoas jurídicas e/ ou instituições que atendam às exigências deste procedimento.

3.4. A contratação objeto deste certame terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC.

4.0. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão apresentar obrigatoriamente, além dos do requerimento de credenciamento, os seguintes documentos:

4.1.1 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrados, tratando-se de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a atividade que autorize a prestação de serviços exigidos no objeto desta coleta de preços.

4.1.2 Registro comercial, no caso da empresa individual.

4.1.3 Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitido em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de publicação do Ato convocatório Descritivo, desde que não tenha ocorrido alterações contratuais societárias após sua emissão.

4.1.4 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado.

4.1.5 Prova de regularidade com as Fazendas Públicas:

a) Federal: Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa dos Tributos Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e quanto à Dívida Ativa da União de competência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, expedida no local do domicílio ou sede da licitante, respectivamente, em conjunto, nos termos da IN/RFB nº 734/07 e do Decreto nº 6.106/2007).

b) Estadual: prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, abrangendo os Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa e a Certidão Negativa de Débitos Inscritos em Dívida Ativa, conforme o domicílio ou sede da participante.

c) Municipal: certidão de tributos mobiliários e imobiliários, conforme o domicílio ou sede da participante.

c.1) Caso a empresa não possua imóveis em seu CNPJ, deverá ser encaminhada a certidão municipal de Rol Nominal;

4.1.5.1. Serão admitidas certidões positivas com efeito de negativas ou outras equivalentes na forma da lei.

4.1.6 Certidão Negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no período de até 30 (trinta) dias anteriores à data fixada para a entrega dos envelopes.

4.1.6.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, bem como deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.1.7 Prova de inexistência de débitos trabalhistas, através do documento “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT”, expedida pela Justiça do Trabalho conforme a Lei nº 12.440/2011.

4.1.8 Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.9 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancete ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 03 (três) meses da data da solicitação de habilitação. Estão dispensadas da apresentação de balanço as microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

4.1.9.1. A empresa deverá apresentar com base no balanço e demonstrações contábeis referidos no subitem anterior, os cálculos dos índices contábeis abaixo relacionados, que deverão ser subscritos (atestados) por profissional devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), devendo constar o nome, assinatura e número do CRC do profissional.

- Índice de Liquidez Corrente (ILC):
$$ILC = AC/PC$$
- Índice de Liquidez Geral (ILG):
$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + PNC)$$
- Grau de Endividamento Geral (EG):
$$EG = (PC + PNC) / AT$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo.

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

4.1.9.2. Serão consideradas habilitadas as empresas que atenderem aos limites abaixo especificados:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC): valor maior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Geral (ILG): valor maior ou igual a 1,00
- Grau de Endividamento Geral (EG): menor ou igual a 0,50

4.1.10 A proponente deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome da proponente ou comprovante de experiência por parte responsável técnico da empresa, que comprove a execução, para quaisquer das entidades mencionadas neste item, de serviços similares ao objeto deste Memorial de Coleta de Preços, executados por no mínimo 12 (doze) meses.

a) O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (Técnico Operacional), deverão ser elaborados(s) em papel timbrado e/ou conter carimbo oficial do CNPJ, contemplando as informações detalhadas do(s) fornecimento(s) ou serviço(s) prestado(s), sendo assinado(s) e com identificação do nome, cargo ou função do(s) emitente(s).

b) A comprovação de execução dos serviços mencionados poderá ser feita mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados referente a um único ou a diversos contratos e/ou Termos de Credenciamento.

4.1.11 Certificado de responsabilidade técnica emitido pelo Conselho Regional de Classe ou o protocolo de assunção desta responsabilidade técnica.

4.1.12 Cópia do registro da empresa no Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP);

4.1.13 Registro do profissional médico no Conselho Regional de Medicina (CRM);

4.1.14 Declaração que, de acordo com as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, há perfeitas condições para execução total dos serviços, conforme Anexo IX.

4.1.15 Declaração (com logotipo da empresa) “Quadro Societário”, acerca da não incorrência da Proponente nas vedações estabelecidas no artigo 6º do Regulamento Interno de Compras da Fundação do ABC, nos moldes do Anexo VI.

4.1.16 Declaração de não impedimentos, conforme Anexo VII.

4.1.17 Declaração de Cumprimento de Lei Anticorrupção e das políticas da Fundação do ABC, conforme Anexo V.

4.1.18 Declaração de Cumprimento do Código de Ética (Anexo XI).

4.1.19 Declaração de que não emprega menor (Anexo XIII);

4.1.20 Questionário de “*Due Diligence de Compliance*” de fornecedores devidamente preenchido (Anexo XII);

4.1.21 Documentações comprobatórias de idoneidade perante o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Tribunal de Contas da União e Portal da Transparência da Controladoria Geral da União;

4.1.22 Modelo de Requerimento de Credenciamento (Anexo II);

4.1.23 Modelo de Atestado de Vistoria (Anexo III);

4.1.24 Modelo de Declaração de Declínio de Vistoria (Anexo IV);

4.1.25 Declaração de Aceitação do Regulamento de Compras e Contratação da FUABC (Anexo X);

4.1.26 Termo de Ciência (Anexo XIV).

4.2. A documentação de pré-qualificação será recebida e analisada pelo departamento

responsável da FUNDAÇÃO DO ABC.

4.3. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações, abrindo-se prazo de 48 (quarenta e oito) horas para as providências.

5. QUESTIONAMENTOS E ESCLARECIMENTOS

5.1. Os questionamentos e/ou esclarecimentos do Edital de Credenciamento poderá ser enviado no e-mail compras.central@fuabc.org.br, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data final fixada para o encerramento de credenciamento, das 09:00 às 16:00 horas.

5.2. Havendo questionamento por quaisquer dos interessados no certame, a FUNDAÇÃO DO ABC poderá publicar a suspensão do ato convocatório, a fim de sanar as dúvidas eventualmente surgidas, se assim entender como necessária.

5.3. Os questionamentos e/ou esclarecimentos não suspendem o certame, salvo, em caso de análise técnica que demande tempo maior para análise, razão pela qual a suspensão será publicada no site da FUNDAÇÃO DO ABC (www.fuabc.org.br).

6. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do credenciamento, desde que formalmente e protocoladas, junto ao Departamento de Compras da FUNDAÇÃO DO ABC, das 09:00 às 16:00 horas.

6.2. A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item anterior, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa.

6.3. Havendo acolhimento pelo Setor Jurídico da FUNDAÇÃO DO ABC das impugnações formuladas, o departamento responsável publicará no site da FUNDAÇÃO DO ABC (www.fuabc.org.br).

6.4. Não serão reconhecidas as impugnações cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo. Também não são reconhecidas as impugnações que tenham sido encaminhadas por qualquer outra forma que não a descrita neste item.

6.5. Se procedente e acolhida a impugnação deste Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

7. CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. O resultado da pré-qualificação será publicado no sítio da FUNDAÇÃO DO ABC, www.fuabc.org.br.

7.2. O interessado que atender a todos os requisitos previstos na pré-qualificação, será julgado habilitado e, portanto, credenciado.

7.3. Uma vez publicado o credenciamento no sítio da FUNDAÇÃO DO ABC, o interessado encontra-se apto a prestar serviços para os quais se candidatou.

7.4. O credenciamento não tem caráter exclusivo, ou seja, a FUNDAÇÃO DO ABC poderá contratar mais de um credenciado para o mesmo serviço.

7.5. O credenciamento não obriga a FUNDAÇÃO DO ABC a realizar efetivamente a contratação do serviço.

8. MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

8.1. Durante a vigência do credenciamento é obrigatória a manutenção da regularidade de todas as condições de habilitação, sob pena de descredenciamento.

8.2. Obrigam-se os credenciados, independentemente da existência de contratos vigentes, informarem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeiro e regularidade fiscal.

8.3. A FUNDAÇÃO DO ABC, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião, serão exigidos, no mínimo, os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas no credenciamento original.

8.4. Estando credenciado para um determinado serviço do credenciamento, o interessado poderá se pré-qualificar para outros serviços.

8.5. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante protocolização da solicitação na sede da FUNDAÇÃO DO ABC, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos. A medida não desobriga o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades dele derivadas, cabendo, em casos de irregularidade, as sanções definidas por este Regulamento.

9. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

9.1. A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aceite expresso das partes.

10. DO VALOR

10.1. O **VALOR TETO ESTIMADO MÊS** a ser pago pela FUNDAÇÃO DO ABC será de: R\$ 148.425,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), conforme valores contidos na planilha abaixo:

REMOÇÃO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL 12 MESES ESTIMADO
AMBULÂNCIA BÁSICA	UNITÁRIO	60	R\$ 330,00	R\$ 19.800,00	R\$ 237.600,00
AMBULÂNCIA UTI ADULTO	UNITÁRIO	90	R\$ 905,00	R\$ 81.450,00	R\$ 977.400,00
AMBULÂNCIA UTI NEONATAL	UNITÁRIO	6	R\$ 1.250,00	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
AMBULÂNCIA PEDIÁTRICA	UNITÁRIO	6	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00	R\$ 93.600,00
AMBULÂNCIA POSTO FIXO	MENSAL	80	R\$ 31.200,00	R\$ 31.200,00	R\$ 374.400,00
REMOÇÃO FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL 12 MESES ESTIMADO
AMBULÂNCIA	KM	150	R\$ 4,50	R\$ 675,00	R\$ 8.100,00
			TOTAL	R\$ 148.425,00	R\$ 1.781.100,00

10.2. Será pago para cada empresa credenciada o valor acima informado por remoção ou quilometragem efetivamente realizados, desde que seja apresentada a documentação previsto no presente instrumento.

10.3. Ressalta-se desde já que o número de remoções ou quilometragem poderá variar para um número maior ou menor e serão remunerados de acordo com o número efetivamente realizados.

11. DOS CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A unidade CONTRATANTE será responsável pelo agendamento dos serviços a serem prestados, cabendo a CREDENCIADA se adequar as exigências e fluxos internos da CONTRATANTE.

11.2. A CREDENCIADA se compromete a realizar todos os serviços do escopo, solicitados pela unidade.

12. DO CONTRATO

12.1. A FUNDAÇÃO DO ABC, convocará as empresas credenciadas para assinar o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

12.2. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado.

12.3. A CREDENCIADA deverá indicar e manter preposto para representá-la na execução do contrato, devendo manter a informação atualizada, sob pena de responsabilização.

12.4. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras aplicáveis no Regulamento Interno de Compras da FUNDAÇÃO DO ABC e dos termos do contrato.

12.5. A contratação do credenciado pela FUNDAÇÃO DO ABC somente poderá ocorrer por necessidade da Instituição, mediante a manutenção das condições de credenciamento pelo credenciado.

12.6. Os contratos terão sua execução iniciada na data de sua assinatura ou mediante emissão da Ordem de Serviço, quando for o caso e a critério da FUNDAÇÃO DO ABC, devendo os trabalhos serem desenvolvidos na forma estabelecida no instrumento contratual.

12.7. É vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços objeto do credenciamento, haja vista tratar-se de contratação direta fundada na qualificação personalizada de todos.

a) Em havendo superveniência de fato impeditivo, devidamente justificado, que impossibilite a realização dos serviços em caso de empresa, poderá fazer-se substituir por outro profissional com igual qualidade técnica, devidamente registrado no conselho competente, sendo necessário o crivo da Administração da FUNDAÇÃO DO ABC com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

b) Sendo autorizada a excepcionalidade pela FUNDAÇÃO DO ABC, será de responsabilidade única e exclusiva da empresa credenciada o pagamento dos honorários do profissional deslocado para a execução dos serviços, inclusive, os encargos trabalhistas.

12.8. Ficam obrigadas as empresas credenciadas, a prestar os serviços de forma ininterrupta, nos dias, horários e locais determinados pela FUNDAÇÃO DO ABC.

13. DAS PENALIDADES

13.1. As penalidades serão propostas pela fiscalização da FUNDAÇÃO DO e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

13.2. As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

13.3. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, na recusa da empresa vencedora em assiná-lo dentro do prazo estabelecido.

13.4. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, por inexecução parcial do contrato, podendo a CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo.

13.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo.

13.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE.

13.7. Multa de 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato.

13.8. As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei.

13.9. O valor relativo, às multas eventualmente aplicadas, será deduzido de pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de recibo.

13.10. As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

14.0 DOS PAGAMENTOS

14.1. A **FUNDAÇÃO DO ABC** compromete-se em pagar o preço irrevogável constante do Memorial de Credenciamento por consulta/exame, observadas as condições abaixo:

14.2. Os pagamentos serão realizados no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal, mediante comprovação e atestação do gestor do contrato. Para a emissão da nota, a CREDENCIADA deverá emitir o relatório de prestação do serviço com data e dados dos pacientes atendidos e encaminhá-la ao departamento solicitante para atestá-la, observando a retenção determinada pela Ordem de Serviço nº 203/99 do INSS;

14.3. A CONTRATANTE procederá à retenção tributária, referente aos serviços prestados, nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

14.4. No caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente.

14.5. A CREDENCIADA deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência da **INSTITUIÇÃO BANCÁRIA** onde a empresa possui conta, a fim de agilizar o pagamento.

14.6. Em hipótese alguma será aceito boleto bancário como meio de cobrança.

14.7. Em caso de inexecução parcial dos serviços, a FUNDAÇÃO DO ABC reserva-se o direito na retenção proporcional ao serviço não prestado, sendo descontado na nota fiscal correspondente, a falta cometida.

15.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na **FUNDAÇÃO DO ABC**, sito a Avenida Lauro Gomes, 2000 – Vila Sacadura Cabral – Santo André – SP – CEP: 09060-870, no horário das 9:00h às 16:00h.

15.2. Todas as dúvidas eventualmente surgidas deverão ser apresentadas por escrito e encaminhadas ao endereço mencionado na cláusula 1.5 deste Memorial.

15.3. Segue anexo ao presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Requerimento de Credenciamento

Anexo III- Modelo de Atestado de Vistoria;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Declínio de Vistoria;

Anexo V – Declaração de Anticorrupção;

Anexo VI – Declaração de Quadro Societário;

Anexo VII – Declaração de Não Impedimento;

Anexo VIII – Modelo de Etiqueta dos Envelopes;

Anexo IX – Declaração de Perfeitas Condições;

Anexo X – Declaração de Aceitação do Regulamento de Compras e Contratação da FUABC;

Anexo XI – Declaração de Cumprimento do Código de Ética;

Anexo XII – Questionário de “DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE” de Fornecedores;

Anexo XIII – Declaração de que NÃO emprega menor;

Anexo XIV – Termo de Ciência

Anexo XV – Minuta do Contrato

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES

A Fundação do ABC – Hospital Geral Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho de Carapicuíba, nos termos do seu Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras, declara a intenção de contratar empresa especializada para a prestação de serviço especializada na prestação de serviços de remoção de pacientes para atender ao Hospital Geral Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho de Carapicuíba, pelo prazo de 12(doze) meses.

1 OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para remoção dos pacientes internados no Hospital Geral de Carapicuíba com as seguintes referências:

1.2. Prestação de serviços de remoções por meio de ambulância para atendimento na modalidade - Posto fixo (segunda a sábado das 06h00 às 18h00h somente com socorrista e técnico de enfermagem).

1.3. Prestação de serviços de remoções eventuais por meio de ambulâncias, seja ambulância de suporte tipo B/básico, que pode incluir equipamento compatível com transporte de paciente obeso, e suporte avançado UTI adulto, UTI Pediátrica e UTI Neonatal 24 horas por dia, inclusive feriados e finais de semana.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A opção pela contratação de serviços especializados no transporte de pacientes por ambulância Suporte básico e/ ou UTI vem de encontro a necessidade desta Instituição para remoção terrestre em veículo executando o traslado de pacientes de alto risco em emergência na modalidade inter-hospitalar que necessite de cuidados médicos intensivos e exames de apoio diagnóstico.

3. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS:

- Condutor de ambulância
- Profissional da enfermagem (Técnico de enfermagem/ Enfermeiro)
- Médico (conforme complexidade do caso).

3.1. Os veículos deverão:

- Possuir, no máximo, 02 (dois) anos de idade, contados da data de sua fabricação;
- Possuir Seguro contra colisão, incêndio, roubo, furto, RCF-V (responsabilidade civil facultativa veicular), danos materiais a terceiros, RCF-V - danos corporais a terceiros e danos morais;

- c) Possuir seguro contra acidentes, extensivo a tripulação e o paciente;
- d) Trafegarem com a vistoria do DETRAN compatível com o tipo de veículo;
- e) Ser regularmente submetidos a manutenções preventivas e corretivas, no mínimo 1 (uma) vez por mês;
- f) Ter ar-condicionado;
- g) Ter direção hidráulica;
- h) Ter acessórios obrigatórios: (cintos de segurança três pontas, extintor estepe, chave de roda, macaco, triângulo e estepe);
- i) Deverão, ainda, constar os seguintes equipamentos e utilidades que permitam o rastreamento e monitoramento do mesmo, de modo a ser possível, preferencialmente via web ou telefone contornar eventuais ocorrências:
 - Rádio comunicador;
 - Rastrear o veículo 24 (vinte e quatro) horas por dia;
 - Busca de endereço onde o veículo se encontre em mapa com marcação de rota em tempo real;
 - Localização exata do veículo, com dia, hora e velocidade;
 - Possibilidade de bloqueio remoto via celular ou web.

3.2. A CONTRATADA prestará serviço de transporte de pacientes, com origem no endereço da CONTRATANTE, constante na Rua da Pedreira, 95- Parque José Alexandre- Carapicuíba- CEP 06321-665 para o destino proposto, sendo informado se deverá aguardar a finalização da demanda e retornar com o paciente para a origem, ou se fará apenas transporte para transferência de paciente.

3.3 Havendo demanda para a CONTRATADA, o acionamento será realizado via chamado telefônico e/ou e-mail, devendo ser atendidos em até 10 minutos para tempo de resposta informando a disponibilidade de ambulância.

3.4 A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇO DE REMOÇÃO-AMBULÂNCIA- Hospital Geral Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho, contratando e gerindo profissionais especializados, capacitados e devidamente treinados para o perfeito e regular atendimento da CONTRATANTE.

3.5 A CONTRATADA deve arcar com os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, sociais, previdenciários, acidentários, administrativos e civis, bem como pelos impostos e demais encargos resultantes da execução da prestação de serviços, além de casos de acidentes de trabalho que tenham relação com a execução do objeto deste instrumento.

3.6 Assumir diretamente a obrigação de cumprir com o objeto deste instrumento, não realizando a prestação de serviços através de terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE.

4 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da unidade através de e-mail ou qualquer outro meio em que fique documentado a solicitação;

4.2. Os destinos dos pacientes serão informados pela unidade solicitante, sujeitas a alterações quando necessário, o que será objeto de informação no caso específico; Área de abrangência são os municípios de: São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Jandira, Itapevi, Barueri, Carapicuíba, Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Itapevi e Santana de Parnaíba;

4.2.1. Para as remoções realizadas fora da área de abrangência, será considerado a taxa de saída + total de quilômetros que excederem a quilometragem das áreas de abrangência, devendo, nestes casos, encaminhar junto a quilometragem o print da tela via Google Maps com o percurso e o link utilizado;

4.2.2. A média de transporte para fora da área de abrangência é de 04 (quatro) por mês, podendo totalizar até 600 quilômetros com tais remoções que excedam a quilometragem da área de abrangência.

4.3. Média por mês de remoções por tipo de Ambulância:

- I. Básica: 60
- II. UTI Adulto: 90
- III. UTI Neonatal: 6
- IV. UTI Pediátrica: 6
- V. Posto Fixo: 80

4.4. Após a viagem deverá ser enviada para o Setor de NIR (Núcleo Interno de Regulação) uma planilha onde conste:

- a. Nome do paciente
- b. Local de origem
- c. Local de destino
- d. Km inicial (na origem)
- e. Data/hora do embarque na origem.
- f. Data/hora de chegada no destino
- g. Data/hora de embarque para o retorno
- h. Data/hora de chegada, além de Km final quando finalizado retorno ao Hospital Geral de Carapicuíba
- i. Nome do motorista, registro de CNH, data da validade do curso

4.5. A CONTRATADA terá um tempo de disponibilidade máximo entre um atendimento de urgência e outro de no máximo até 60 (sessenta) minutos;

4.6. Os serviços serão prestados pela CONTRATADA considerando a remoção do paciente no endereço de origem e destino a ser definidos pela CONTRATANTE no momento da solicitação;

4.7. A CONTRATADA deverá se atender o Service Level Agreement (SLA) determinado neste contrato;

4.7.1. Todos os dias (incluindo finais de semana e feriados), no período das 07h00 às 22h00: 90 (noventa) minutos para chegada no local de origem, a contar do recebimento do e-mail/contato da solicitação de remoção;

4.7.2. Todos os dias (incluindo finais de semana e feriados), no período das 22h01 às 06h59: 120 (cento e vinte) minutos para chegada no local de origem, a contar do recebimento do e-mail/contato da solicitação de remoção.

4.8. No caso de descumprimento dos tempos de respostas, haverá a aplicação de penalidades, devendo a CONTRATADA realizar o desconto na próxima fatura a ser emitida no mês de competência da infração, conforme disposto abaixo:

4.8.1. Para atraso de até 30 (trinta) minutos após o prazo limite para chegada: multa de 10% (dez por cento) do valor da remoção;

4.8.2. Para atrasos entre 31 (trinta e um) minutos e 120 (cento e vinte) minutos: multa de 20% (vinte por cento) do valor da remoção;

4.8.3. Para atrasos entre 121 (cento e vinte e um minutos) e 240 (duzentos e quarente) minutos: multa de 30% (trinta por cento) do valor da remoção;

4.8.4. Para atrasos superiores a 241 (duzentos e quarenta e um) minutos: multa de 100% do valor da remoção.

4.9. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de remoção de pacientes sempre observando as normas e melhores práticas aplicáveis ao caso;

4.10. A CONTRATADA deverá atender todos os chamados efetuados pela CONTRATANTE, sempre através de identificação prévia do paciente e autorização através do fornecimento de guia de autorização, indicando o local inicial e final para o traslado;

4.11. As ambulâncias UTI deverão ser tripuladas por médicos da CONTRATADA, mediante chamado efetuado pela CONTRATANTE, com disponibilização durante o período de 24h00 (vinte e quatro horas) ininterruptas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, devendo o veículo e a tripulação estarem devidamente qualificados conforme Portaria GM - MS nº 2048 de 05.11.2002 e demais normas aplicáveis;

4.12. As ambulâncias básicas serão tripuladas por socorrista e técnico de enfermagem da CONTRATADA, mediante chamado efetuado pela CONTRATANTE, com disponibilização durante o período de 24h00 (vinte e quatro horas) ininterruptas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, devendo o veículo e a tripulação estarem devidamente qualificados conforme Portaria GM - MS nº 2048 de 05.11.2002 e demais normas aplicáveis;

4.13. A CONTRATADA deverá realizar a remoção do paciente com veículo adequado, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, em conformidade com o estado físico e psicológico do transportado,

mediante menção na guia de autorização a ser fornecida pela CONTRATANTE;

4.14. No caso de qualquer intercorrência durante a prestação do serviço a CONTRATADA entrará em contato com a CONTRATANTE, a fim de prestar ciência do fato para a tomada de decisão, caso haja necessidade;

4.15. A CONTRATADA deverá até o dia 5 (cinco) de cada mês, encaminhar relatório a CONTRATANTE quanto as remoções realizadas, para conferência e posterior autorização da emissão da nota fiscal;

4.16. A CONTRATADA deverá encaminhar, semanalmente, todas informações de evolução médica do paciente a partir da remoção;

4.17. A CONTRATADA é a única responsável pela manutenção, lavagem e limpeza interna e externa dos veículos que serão utilizados para a prestação, devendo mantê-los em ótima condição de zelo;

4.18. A CONTRATADA deverá utilizar enxovais (lenços, cobertores, camisolas) de sua propriedade, durante a remoção;

4.19. A CONTRATADA deverá realizar as remoções do pacientes que forem moradores de rua, desconhecidos ou sem acompanhantes, para as unidades necessárias, conforme determinação do SIRESP (Sistema Informatizado de Regulação do Estado de São Paulo), em conformidade com relatório médico ou social a ser fornecido pela CONTRANTE;

4.20. A CONTRATADA deverá assegurar que o serviço de remoção e qualquer atendimento médico, quando se fizer necessário, seja realizada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina, verificando inclusive qualquer impedimento de exercer atendimento em razão de processo administrativo no Conselho de Classe ou decisão judicial;

4.21. Todos os colaboradores da CONTRATADA responsáveis pela remoção, incluindo condutor, equipe médica e enfermagem, deverão obrigatoriamente possuir a devida habilitação profissional para exercer a atividade de remoção, sem qualquer impedimento administrativo ou judicial, se obrigando a apresentar os documentos obrigatórios sempre que solicitado;

4.22. A CONTRATADA realizará os serviços com elevado grau de zelo e diligência, formalizando a CONTRATANTE, qualquer situação técnica ou administrativa, que enseje irregularidade na manutenção normal das operações.

4.23. A CONTRATADA deverá manter os veículos e suas instalações em ótimas condições, dotado dos equipamentos e insumos médicos necessários e dentro do prazo de validade, em perfeita condição de uso e higiene, conforme preceitua a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Medicina;

4.24. O veículo, durante toda a vigência do contrato, deverá ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, mantido em bom estado de conservação e condições de operação, com contrato de manutenção preventiva e corretiva, e o relatório da manutenção preventiva ser anexado ao relatório mensal. Caso a ambulância não apresente condições adequadas, mesmo com tempo de fabricação inferior a 05(cinco) anos, deverá ser substituída conforme solicitação formal pela CONTRATANTE.

4.25. O veículo deverá estar com documentação em ordem, devidamente licenciado, em conformidade com Código Nacional de Trânsito – CNT e em perfeitas condições de funcionamento

4.26. O veículo deverá conter adesivos com o nome da empresa visível na lataria externa; ser identificado por números na lateral e estar providos de equipamentos de sinalização e identificação dos mesmos.

4.27. A CONTRATADA deve observar com rigor os preceitos éticos do Conselho Federal de Medicina e os demais constantes no Código de Ética Médica e Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.28. A CONTRATADA deverá realizar periodicamente a manutenção preventiva dos veículos, objetivando evitar risco ao paciente que está em traslado, respeitando as regras dos órgãos reguladores, devendo apresentar sempre que requerida pela CONTRATANTE a comprovação da realização dos procedimentos;

4.29. A CONTRATADA deverá assegurar que as ambulâncias disponibilizadas sejam as necessárias para a remoção do paciente, considerando seu estado físico, observando a resoluções CFM nº 1671 e 1672 de 2003;

4.30. A CONTRATANTE poderá cancelar o transporte de ambulância durante todo o período em que o chamado estiver aberto e inclusive mesmo após a chegada da ambulância no Hospital, sem que haja qualquer tipo de cobrança;

4.31. A CONTRATADA deverá estar ciente que as remoções não contemplam hora parada.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

5.1. Executar os serviços contratados, mantendo equipe de profissionais, capacitados e devidamente treinados para execução dos trabalhos;

5.2. Prestar os serviços observando as melhores práticas e técnicas aplicadas no mercado;

- 5.3. É expressamente proibida a CONTRATADA ceder ou transferir o presente contrato, sem prévia anuência por escrito da CONTRATANTE, sob pena de, constatada a infração deste dispositivo contratual, ser imediatamente rescindido, arcando, consequentemente a CONTRATADA, com os encargos e penalidades previstas neste Termo;
- 5.4. Cumprir todas as normas, regras e leis aplicáveis a execução do objeto do Contrato;
- 5.5. Observar estritamente as normas internas do Hospital Geral de Carapicuíba;
- 5.6. Cumprir integralmente todas as suas obrigações tributárias, fiscais, sociais, previdenciárias, trabalhistas, acidentárias, comerciais e civis;
- 5.7. Indenizar, imediatamente, a CONTRATANTE por quaisquer danos que seus representantes legais, prepostos, empregados ou terceiros credenciados causem, por culpa, dolo, ação ou omissão, a CONTRATANTE ou a terceiros;
- 5.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as Normas de Segurança e Proteção do Trabalho;
- 5.9. Instruir os empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Hospital Geral de Carapicuíba, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 5.10. Indicar um responsável técnico para que, em conjunto com a CONTRATANTE, realize o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação do serviço;
- 5.11. A CONTRATADA deverá estar em condições de prestar os serviços a partir da data da assinatura do Contrato e manter essa condição durante sua vigência; atendendo a demanda destacada neste termo de referência, incluindo-se eventuais acréscimos que não deverão ultrapassar os 25% (vinte e cinco por cento) do objeto deste termo;
- 5.12. A CONTRATADA deverá adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável;
- 5.13. Arcar com os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, sociais, previdenciários, acidentários, administrativos e civis, bem como pelos impostos e demais encargos resultantes da execução da prestação de serviços, além de casos de acidentes de trabalho que tenham relação com a consecução do objeto deste instrumento.

6. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

A CONTRATANTE compromete-se a:

- 6.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto contratado;
- 6.2. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- 6.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 6.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;
- 6.5. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços;
- 6.6. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao serviço prestado, devidamente atestadas, nos prazos fixados no contrato;
- 6.7. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

7. DOS PAGAMENTOS

- 7.1. A CONTRATANTE compromete-se a pagar o preço conforme valor devido e serviços executados da CREDENCIADA, mediante ao cumprimento das metas e carga horária prevista.
- 7.2. Os pagamentos serão realizados no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, após a emissão da Nota Fiscal, mediante comprovação e atestação do setor competente, devendo a contratada emitir a nota e encaminhá-la ao departamento solicitante para atestá-la;
- 7.3. A CONTRATADA deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência, preferencialmente do Banco Santander S/A, a fim de agilizar o pagamento;
- 7.4. Em hipótese alguma será aceito boleto bancário como meio de cobrança;
- 7.5. O pagamento será efetuado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:
 - 7.5.1. Nota Fiscal constando discriminação detalhada do serviço prestado;
 - 7.5.2. CND válida, provando regularidade do prestador de serviço contínuo de contrato formal, junto à Previdência Social e Receita Federal;
 - 7.5.3. Prova de regularidade perante o FGTS;
 - 7.5.4. As notas fiscais, referentes aos serviços prestados, deverão ser entregues em tempo considerável (quinto dia do mês subsequente), para que a CONTRATANTE possa proceder com as

análises devidas e o subsequente pagamento dos valores;

7.6. Deverá constar na Nota Fiscal/Recibo/Fatura, obrigatoriamente, o que segue:

7.6.1. Dados do prestador de serviço: Nome/Razão social, CNPJ, Inscrição municipal, Endereço, Telefone, e-mail

7.6.2. Dados do tomador de serviço: Nome/ Razão social, CNPJ, Endereço/Local de prestação de serviço (Hospital Geral Dr. Francisco de Moura Coutinho Filho de Carapicuíba) - Contrato de Gestão nº SES-PRC 024.00118265/2023-81;

7.6.3. Dados da nota fiscal, incluindo número, série, data de emissão, natureza da operação (prestação de serviço de transporte de pacientes- ambulância) e descrição do serviço prestado (transporte inter-hospitalar de pacientes com uso de ambulância tipo básica ou UTI móvel, incluindo equipe médica e equipamentos de suporte à vida, conforme contrato nº 001/2025), referente ao período de 01/XX/2025 a 31/XX/2025, incluindo quantidade, valor unitário, valor total e impostos incidentes;

7.7. A CONTRATANTE procederá a retenção tributária, referente aos serviços prestados, nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

7.7.1. Comprovação de sua Regularidade Fiscal, quando solicitado pela CONTRATANTE, as regularidade fiscal e trabalhista para o processamento dos pagamentos, mediante envio de: (I) Cartão CNPJ; (II) Cadin Estadual com relação ao estado de registro da CONTRATADA (se houver); (III) Cadin Municipal com relação ao município de registro da CONTRATADA (se houver); (IV) Certidão negativa ou positiva de efeitos negativos de débitos federais; (V) Certidão negativa ou positiva de efeitos negativos de débitos estaduais, com relação ao estado de Registro da Contratada; (VI) Certidão negativa ou positiva de efeitos negativos de débitos municipais, com relação ao município de registro da CONTRATADA; (VII) Certificado de regularidade do FGTS-CRF; e (VIII) Certidão ou positiva de efeitos negativos de débitos trabalhistas-CNDT, assim como manter atualizado documentação vigente durante toda vigência do Contrato, com envio imediato dos documentos para atualização;

7.8. É Proibido à CONTRATADA, transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem a expressa anuência do CONTRATANTE, os direitos e obrigações deste contrato, ficando sempre e em qualquer hipótese, obrigado perante o CONTRATANTE pelo exato cumprimento das obrigações aqui assumidas.

8. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO CONTRATO

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, respeitados o limite máximo de 60 (sessenta) meses, estabelecido no Regulamento de Compras e Contratação de Terceiro e Obras da Fundação do ABC.

8.2. A notificação de rescisão deverá ser encaminhada com 30 dias de antecedência.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste;

9.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

9.3. Durante a execução do objeto, o representante da CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

9.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo preposto, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

9.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, a serem previstas no termo de contrato e na legislação vigente.

LOCAL, _____ de _____ de 2025.

Responsável pela solicitação

Diretoria Geral

ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO - FUNDAÇÃO DO ABC
RAZÃO SOCIAL:
NOME FANTASIA:
CNPJ N°:
ENDEREÇO:

Vimos requerer, através do presente, nosso credenciamento, em conformidade com o Memorial divulgado pela **FUNDAÇÃO DO ABC**, juntando a documentação exigida.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que:

- Recebemos o Memorial para contratação de empresa para prestação de serviços médicos, e que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- Que as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do Memorial e seus Anexos;

Data: ____ / ____ / 2025.

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

PROCESSO N.º HGC0423/25

OBJETO: SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO DE CARAPICUÍBA.

DECLARAMOS, exclusivamente para o fim de participação no processo de concorrência em epígrafe, que a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na (rua, avenida) _____, nº _____, neste ato representada pelo seu representante legal/procurador Senhor (a) _____ portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____, compareceu a HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO DE CARAPICUÍBA, localizado na Rua da Pedreira, 95 – Parque José Alexandre – Carapicuíba - SP, local onde serão prestados os serviços, verificando e tomando pleno conhecimento de todas as especificações do objeto a ser contratado, bem como verificou os equipamentos que se encontram aqui instalados, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato a ser firmado com a administração.

Santo André, ____ de _____ de 2025

E-mail da empresa: _____

Telefones para Contato: _____

Representante da Empresa:

Visita Acompanhada por:

(Assinatura)

(Carimbo e Assinatura)

RG: _____

CPF: _____

Função: _____

ANEXO IV
[logotipo da empresa]

MODELO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço _____, interessado em participar da Coleta de Preços nº _____, DECLARO que a Empresa não realizou a visita técnica prevista no Memorial e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada. A Empresa está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Memorial, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Local, data.

Nome da Empresa e de seu representante legal.

ANEXO V
[logotipo da empresa]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do CPF/MF n. _____, representante legal da empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na _____.(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º_____, no uso de minhas atribuições, **DECLARO** que a pessoa jurídica conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 , ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local, data.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF

ANEXO VI
[logotipo da empresa]

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF/MF n. _____, representante legal da empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na _____.(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, **DECLARO**, para todos os fins de direito, sob as penas da lei, não possuir no quadro da Empresa pessoa que figure como dirigente ou sócio cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau inclusive de profissionais integrantes de órgãos de deliberação ou direção da Fundação do ABC, exceto o previsto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 6º do Regulamento Interno de Compras da Fundação do ABC.

Ainda, declaro que no quadro da empresa não possui sócios que sejam agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público, ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade

[LOCAL] [DATA]

Empresa
Representante Legal

[logotipo da empresa]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO NÃO IMPEDIMENTOS

Eu, _____, portador do CPF/MF n. _____, representante legal da empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na _____.(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, **DECLARO**, para todos os fins de direito, sob as penas da lei, de que inexistente impedimento em contratar com a Fundação do ABC ou com a Administração Pública.

[LOCAL] [DATA]

Empresa
Representante Legal

ANEXO VIII

MODELO DE ETIQUETA PARA CAPA DO ENVELOPE

ENVELOPE - CREDENCIAMENTO

FUNDAÇÃO DO ABC

COLETA DE PREÇOS Nº HGC0423/25

Razão Social: _____;
CNPJ Nº _____;
Endereço do Proponente: _____;
Nome do Representante Legal/Responsável _____;
E-mail: _____;
Telefone: _____;
Data de Recebimento _____.
Horário _____ hrs _____ min.

[logotipo da empresa]

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE PERFEITAS CONDIÇÕES

Declaro, para todos os fins de direito, que de acordo com as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, há perfeitas condições para execução completa dos serviços.

[LOCAL] [DATA]

CREDENCIADA
Representante Legal

[logotipo da empresa]

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO
DO ABC

Local e data.

À FUNDAÇÃO DO ABC

Prezados Senhores,

Pelo presente, informamos que analisamos atentamente o Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC – FUABC e manifestamos plena aceitação aos termos e condições previstas no documento, não reputando qualquer vício ou discordância expressa e/ou tácita com as suas condições renunciando expressamente a qualquer discussão acerca de suas cláusulas, e concordando expressamente com o seu conteúdo.

Declaramos outrossim que o sócio/representante que abaixo assina tem plenos poderes para celebrar tal declaração.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA FUABC

A empresa _____, CNPJ _____, declara, para os devidos fins legais, estar ciente e de acordo com as normas institucionais, preceitos éticos e de anticorrupção previstos no Código de conduta Ética da Fundação do ABC, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, durante todo o período de vigência do presente contrato, em especial, atender as práticas de antissuborno voltadas aos seus representantes ou por terceiras pessoas a eles relacionadas, independentemente do valor envolvido, não efetuando qualquer tipo de pagamento, dação, doação, presente, entretenimento, transporte, patrocínio, doação beneficente dentre outros que possam ser caracterizados como subornos, propinas ou ainda prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida para garantir negócios com as empresas interessadas em adquirir nossos produtos e serviços.

_____, de _____ de 20__.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Procurador Legal

ANEXO XII


QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

 <p>FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967</p>	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 1 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01
TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES			
IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR - DADOS CADASTRAIS BÁSICOS			
Razão social		CNPJ ou equivalente	
Nome fantasia		Data de constituição / /	
Endereço		Número	Complemento
Cidade	Estado	CEP	
INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E GESTÃO DA EMPRESA <i>Apresentar os dados das pessoas físicas e jurídicas que detém participação societária. Se houver alguma pessoa jurídica nesta lista, por favor, indicar os beneficiários finais, até o nível em que haja somente pessoas físicas.</i>			
Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Nacionalidade	% Participação
As pessoas listadas nos itens anteriores possuem relação de parentesco com algum colaborador em cargo de confiança – Conselheiro, dirigente, diretor, gerente ou coordenador da Fundação do ABC?			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso afirmativo informar os seguintes dados:	Nome:		
	Função:		
	Unidade:		
RAMO DE ATIVIDADE			
1. Segmento	<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Comércio e Serviços		
Principais atividades (CONFORME DESCRIÇÃO NO CNAE):		Atividades secundárias:	
PORTE			
2. Receita bruta anual:		3. Nº de empregados:	
<input type="checkbox"/> Até R\$ 60 mil e 1 até empregado (Microempreendedor individual - MEI) <input type="checkbox"/> Até R\$ 360 mil (Microempresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões (Pequena empresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 3,6 milhões a R\$ 300 milhões (Média empresa) <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 300 milhões (Grande empresa)		<input type="checkbox"/> Até 19 <input type="checkbox"/> De 20 a 99 <input type="checkbox"/> De 100 a 499 <input type="checkbox"/> Acima de 500 Cobertura geográfica:	
POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS			
Programa de Integridade		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Em caso positivo, fornecer uma cópia.			
Código de ética		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Em caso positivo, fornecer uma cópia.			

CÓPIA NÃO CONTROLADA

 <p>FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967</p>	<p align="center">FORMULÁRIO</p>	<p>CÓDIGO: FOR.RHU.009</p>	<p>PÁG: 2 de 3</p>
		<p>ELABORADO: 16/07/2021</p>	<p>REVISADO: 28/06/2023</p>
		<p>VIGÊNCIA: NA</p>	<p>VERSÃO: 01</p>
<p>TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES</p>			
<p>A empresa possui política de recebimento e apuração de denúncias de irregularidades por parte de seus stakeholders (Canal de Denúncias)?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Política de seleção e contratação de funcionários</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Prevenção e combate à fraude e corrupção</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Oferta e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Política de registros contábeis e financeiros</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Proteção de dados</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Segurança da Informação</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Due diligence de terceiros</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Os funcionários recebem treinamentos sobre Código de Ética e/ou outros temas relacionados com ética, integridade e anticorrupção?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Em caso positivo, com qual frequência?</p>			
<p align="center">SUPORTE E COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA</p>			
<p>O fornecedor possui um órgão ou área responsável pela coordenação ou gestão de suas atividades de Compliance (integridade e conformidade)</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Este órgão ou área está subordinado à(o):</p>	<p><input type="checkbox"/> Presidência <input type="checkbox"/> Jurídico <input type="checkbox"/> Financeiro <input type="checkbox"/> Outro:</p>		
<p>O fornecedor possui canal de denúncias? Caso positivo, identificar o fluxo de tratamento das ocorrências, se é garantida a confidencialidade dos dados e a proteção do anonimato aos denunciantes</p>	<p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Resposta:</p>		
<p>O fornecedor promove treinamentos periódicos sobre suas normas internas, inclusive a seus empregados e demais públicos pertinentes</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>São mantidos registros dos treinamentos, incluindo controle dos participantes e do material utilizado</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p align="center">QUESTÕES OPERACIONAIS E REPUTACIONAIS</p>			
<p>O fornecedor possui algum tipo de conflito de interesses que impossibilitaria a prestação de serviços a FUABC?</p>		<p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, qual impedimento:</p>	
<p>O fornecedor subcontrata algum de seus serviços ou utiliza intermediários?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>O fornecedor possui controles financeiros, de tesouraria e contábeis adequados, precisos e atualizados?</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Possui registros contábeis submetidos à auditoria independente (em caso positivo, informa a empresa de auditoria):</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>A empresa, seus acionistas, conselheiros ou diretores estatutários ou quaisquer empresas em seu grupo econômico estão ou estiveram nos últimos 05 (cinco) anos, de qualquer forma, envolvidos em processos administrativos ou judiciais fundados nas legislações abaixo:</p>			
<p>Leis anticorrupção brasileira ou internacionais</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Lei de improbidade administrativa</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Lei de licitações</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Lei de Defesa da Concorrência</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Processos criminais</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>Em caso de afirmativo à questão anterior, justificar e identificar o andamento do(s) processo(s).</p>			
<p>Nome da pessoa envolvida</p>	<p>Justificativa</p>	<p>Andamento</p>	

CÓPIA NÃO CONTROLADA

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 3 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01
TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES			
PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE AO CONFLITO DE INTERESSE			
Algum proprietário, sócio, acionista majoritário, membro do Conselho de Administração, Diretor e/ou representante da empresa enquadra-se na na condição de PEP, conforme definido no § 1º, artigo 1º, da Resolução COAF n.º 40, de 22 de novembro de 2021?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não - Em caso positivo, informe quem é a pessoa, a posição ocupada e o órgão do governo:			
DECLARAÇÃO			
Declaro e atesto para os devidos fins que as informações fornecidas anteriormente, bem como os documentos disponibilizados são verdadeiros e não ocultaram quaisquer dados. Se em algum momento as informações ou documentos apresentados neste questionário não representarem mais a realidade, comprometo-me em comunicar imediatamente a Fundação do ABC e fornecer um relatório complementar detalhando referida mudança.			
_____		_____/_____/_____	_____
Local (cidade)		Data	Assinatura do responsável

CÓPIA NÃO CONTROLADA

[logotipo da empresa]

ANEXO XIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO N.º HGC0423/25

OBJETO: SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO DE CARAPICUÍBA.

A Empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador do CPF/MF nº _____, DECLARA, nos termos da Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de 18 (Dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (Dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

[LOCAL] [DATA]

Empresa
Representante Legal
CNPJ:

ANEXO XIV
TERMO DE CIÊNCIA

Eu, [NOME COMPLETO], portador do CPF/MF nº [NÚMERO DO CPF], na qualidade de representante legal da empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], com sede estabelecida na [ENDEREÇO COMPLETO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [NÚMERO DO CNPJ], DECLARO, para todos os fins de direito, sob as penas da lei, que tomo ciência de que o valor teto mensal é de R\$ 148.425,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) perfazendo o valor global máximo de R\$ 1.781.100,00 (um milhão, setecentos e oitenta e um mil e cem reais), pelo período de 12 (doze) meses.

Declaro, ainda, estar ciente de que os valores a serem pagos serão calculados com base nos serviços efetivamente realizados, respeitando os limites estabelecidos.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente termo para que produza os efeitos legais cabíveis.

[LOCAL] [DATA]

Empresa
Representante Legal

ANEXO XV
MINUTA DE CONTRATO

EMENTA: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO DE CARAPICUÍBA

CREDENCIADA: _____

Por este instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, as partes, de um lado a **FUNDAÇÃO DO ABC**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.571.275.0001/00, com sede na Av. Lauro Gomes, 2000 – Vila Sacadura Cabral – Santo André/SP – CEP 09060-870, neste ato representada por seu Diretor Geral _____, doravante denominada simplesmente “**CONTRATANTE**”, e de outro lado, a empresa _____, com sede à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada por seu representante legal, (qualificação completa), doravante designada “**CREDENCIADA**”, tem por justo e acordado o que segue:

1. DO OBJETO E MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO DE CARAPICUÍBA**, pelo período de 12 (doze) meses.

2. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão prestados pela empresa CREDENCIADA _____, nos horários e situações a serem delimitados pela CONTRATANTE, no limite máximo estabelecido no presente processo, na Rua da Pedreira, 95, Parque José Alexandre – Carapicuíba - SP, pelo período de 12 (doze) meses.

3. DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL E VOLUME DE ATOS E PROCEDIMENTOS SOB GESTÃO

3.1. O presente contrato terá sua vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.2. Será executado por valor certo, determinado e fixo, sem direito a qualquer tipo de reajustamento ou recomposição financeira, dentro do período estabelecido pela cláusula 3.1.

3.3. Os serviços poderão ser iniciados imediatamente a contar da data de assinatura do contrato.

4. DA EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da unidade através de e-mail ou qualquer outro meio em que fique documentado a solicitação;

4.2. Os destinos dos pacientes serão informados pela unidade solicitante, sujeitas a alterações quando necessário, o que será objeto de informação no caso específico; Área de abrangência são os municípios de: São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Jandira, Itapevi, Barueri, Carapicuíba, Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Itapevi e Santana de Parnaíba;

4.2.1. Para as remoções realizadas fora da área de abrangência, será considerado a taxa de saída + total de quilômetros que excederem a quilometragem das áreas de abrangência, devendo, nestes casos, encaminhar junto a quilometragem o print da tela via Google Maps com o percurso e o link utilizado;

4.2.2. A média de transporte para fora da área de abrangência é de 04 (quatro) por mês, podendo totalizar até 600 quilômetros com tais remoções que excedam a quilometragem da área de abrangência.

4.3. Média por mês de remoções por tipo de Ambulância:

- I. Básica: 60
- II. UTI Adulto: 90
- III. UTI Neonatal: 6
- IV. UTI Pediátrica: 6
- V. Posto Fixo: 80

4.4. Após a viagem deverá ser enviada para o Setor de NIR (Núcleo Interno de Regulação) uma planilha onde conste:

- a. Nome do paciente
- b. Local de origem
- c. Local de destino
- d. Km inicial (na origem)
- e. Data/hora do embarque na origem.
- f. Data/hora de chegada no destino
- g. Data/hora de embarque para o retorno
- h. Data/hora de chegada, além de Km final quando finalizado retorno ao Hospital Geral de Carapicuíba
- i. Nome do motorista, registro de CNH, data da validade do curso.

4.5. A CONTRATADA terá um tempo de disponibilidade máximo entre um atendimento de urgência e outro de no máximo até 60 (sessenta) minutos;

4.6. Os serviços serão prestados pela CONTRATADA considerando a remoção do paciente no endereço de origem e destino a ser definidos pela CONTRATANTE no momento da solicitação;

4.7. A CONTRATADA deverá se atender o Service Level Agreement (SLA) determinado neste contrato;

4.7.1. Todos os dias (incluindo finais de semana e feriados), no período das 07h00 às 22h00: 90 (noventa) minutos para chegada no local de origem, a contar do recebimento do e-mail/contato da solicitação de remoção;

4.7.2. Todos os dias (incluindo finais de semana e feriados), no período das 22h01 às 06h59: 120 (cento e vinte) minutos para chegada no local de origem, a contar do recebimento do e-mail/contato da solicitação de remoção.

4.8. No caso de descumprimento dos tempos de respostas, haverá a aplicação de penalidades, devendo a CONTRATADA realizar o desconto na próxima fatura a ser emitida no mês de competência da infração, considerando o disposto abaixo:

4.8.1. Para atraso de até 30 (trinta) minutos após o prazo limite para chegada: multa de 10% (dez por cento) do valor da remoção;

4.8.2. Para atrasos entre 31 (trinta e um) minutos e 120 (cento e vinte) minutos: multa de 20% (vinte por cento) do valor da remoção;

4.8.3. Para atrasos entre 121 (cento e vinte e um minutos) e 240 (duzentos e quarente) minutos: multa de 30% (trinta por cento) do valor da remoção;

4.8.4. Para atrasos superiores a 241 (duzentos e quarenta e um) minutos: multa de 100% do valor da remoção.

4.9. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de remoção de pacientes sempre observando as normas e melhores práticas aplicáveis ao caso;

4.10. A CONTRATADA deverá atender todos os chamados efetuados pela CONTRATANTE, sempre através de identificação prévia do paciente e autorização através do fornecimento de guia de autorização, indicando o local inicial e final para o traslado;

4.11. As ambulâncias UTI deverão ser tripuladas por médicos da CONTRATADA, mediante chamado efetuado pela CONTRATANTE, com disponibilização durante o período de 24h00 (vinte e quatro horas) ininterruptas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, devendo o veículo e a tripulação estarem devidamente qualificados conforme Portaria GM - MS nº 2048 de 05.11.2002 e demais normas aplicáveis;

4.12. As ambulâncias básicas serão tripuladas por socorrista e técnico de enfermagem da CONTRATADA, mediante chamado efetuado pela CONTRATANTE, com disponibilização durante o período de 24h00 (vinte e quatro horas) ininterruptas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, devendo o veículo e a tripulação estarem devidamente qualificados conforme Portaria GM - MS nº 2048 de 05.11.2002 e demais normas aplicáveis;

4.13. A CONTRATADA deverá realizar a remoção do paciente com veículo adequado, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, em conformidade com o estado físico e psicológico do transportado, mediante menção na guia de autorização a ser fornecida pela CONTRATANTE;

4.14. No caso de qualquer intercorrência durante a prestação do serviço a CONTRATADA entrará em contato com a CONTRATANTE, a fim de prestar ciência do fato para a tomada de decisão, caso haja necessidade;

4.15. A CONTRATADA deverá até o dia 5 (cinco) de cada mês, encaminhar relatório a CONTRATANTE quanto as remoções realizadas, para conferência e posterior autorização da emissão da nota fiscal;

4.16. A CONTRATADA deverá encaminhar, semanalmente, todas informações de evolução médica do paciente a partir da remoção;

4.17. A CONTRATADA é a única responsável pela manutenção, lavagem e limpeza interna e externa dos veículos que serão utilizados para a prestação, devendo mantê-los em ótima condição de zelo;

4.18. A CONTRATADA deverá utilizar enxovais (lenços, cobertores, camisolas) de sua propriedade, durante a remoção;

4.19. A CONTRATADA deverá realizar as remoções do pacientes que forem moradores de rua, desconhecidos ou sem acompanhantes, para as unidades necessárias, conforme determinação do SIRESP (Sistema Informatizado de Regulação do Estado de São Paulo), em conformidade com relatório médico ou social a ser fornecido pela CONTRANTE;

4.20. A CONTRATADA deverá assegurar que o serviço de remoção e qualquer atendimento médico, quando se fizer necessário, seja realizada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina, verificando inclusive qualquer impedimento de exercer atendimento em razão de processo administrativo no Conselho de Classe ou decisão judicial;

4.21. Todos os colaboradores da CONTRATADA responsáveis pela remoção, incluindo condutor, equipe médica e enfermagem, deverão obrigatoriamente possuir a devida habilitação profissional para exercer a atividade de remoção, sem qualquer impedimento administrativo ou judicial, se obrigando a apresentar os documentos obrigatórios sempre que solicitado;

4.22. A CONTRATADA realizará os serviços com elevado grau de zelo e diligência, formalizando a CONTRATANTE, qualquer situação técnica ou administrativa, que enseje irregularidade na manutenção normal das operações.

4.23. A CONTRATADA deverá manter os veículos e suas instalações em ótimas condições, dotado dos equipamentos e insumos médicos necessários e dentro do prazo de validade, em perfeita condição de uso e higiene, conforme preceitua a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Medicina;

4.24. O veículo, durante toda a vigência do contrato, deverá ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, mantido em bom estado de conservação e condições de operação, com contrato de manutenção preventiva e corretiva, e o relatório da manutenção preventiva ser anexado ao relatório mensal. Caso a ambulância não apresente condições adequadas, mesmo com tempo de fabricação inferior a 05(cinco) anos, deverá ser substituída conforme solicitação formal pela CONTRATANTE.

4.25. O veículo deverá estar com documentação em ordem, devidamente licenciado, em conformidade com Código Nacional de Trânsito – CNT e em perfeitas condições de funcionamento

4.26. O veículo deverá conter adesivos com o nome da empresa visível na lateria externa; ser identificado por números na lateral e estar providos de equipamentos de sinalização e identificação dos mesmos.

4.27. A CONTRATADA deve observar com rigor os preceitos éticos do Conselho Federal de Medicina e os demais constantes no Código de Ética Médica e Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.28. A CONTRATADA deverá realizar periodicamente a manutenção preventiva dos veículos, objetivando evitar risco ao paciente que está em traslado, respeitando as regras dos órgãos reguladores, devendo apresentar sempre que requerida pela CONTRATANTE a comprovação da realização dos procedimentos;

4.29. A CONTRATADA deverá assegurar que as ambulâncias disponibilizadas sejam as necessárias para a remoção do paciente, considerando seu estado físico, observando a resoluções CFM nº 1671 e 1672 de 2003;

4.30. A CONTRATANTE poderá cancelar o transporte de ambulância durante todo o período em que o chamado estiver aberto e inclusive mesmo após a chegada da ambulância no Hospital, sem que haja qualquer tipo de cobrança;

4.31. A CONTRATADA deverá estar ciente que as remoções não contemplam hora parada.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

- 5.1. Executar os serviços contratados, mantendo equipe de profissionais, capacitados e devidamente treinados para execução dos trabalhos;
- 5.2. Prestar os serviços observando as melhores práticas e técnicas aplicadas no mercado;
- 5.3. É expressamente proibida a CONTRATADA ceder ou transferir o presente contrato, sem prévia anuência por escrito da CONTRATANTE, sob pena de, constatada a infração deste dispositivo contratual, ser imediatamente rescindido, arcando, consequentemente a CONTRATADA, com os encargos e penalidades previstas neste Termo;
- 5.4. Cumprir todas as normas, regras e leis aplicáveis a execução do objeto do Contrato;
- 5.5. Observar estritamente as normas internas do Hospital Geral de Carapicuíba;
- 5.6. Cumprir integralmente todas as suas obrigações tributárias, fiscais, sociais, previdenciárias, trabalhistas, acidentárias, comerciais e civis;
- 5.7. Indenizar, imediatamente, a CONTRATANTE por quaisquer danos que seus representantes legais, prepostos, empregados ou terceiros credenciados causem, por culpa, dolo, ação ou omissão, a CONTRATANTE ou a terceiros;
- 5.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as Normas de Segurança e Proteção do Trabalho;
- 5.9. Instruir os empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Hospital Geral de Carapicuíba, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 5.10. Indicar um responsável técnico para que, em conjunto com a CONTRATANTE, realize o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação do serviço;
- 5.11. A CONTRATADA deverá estar em condições de prestar os serviços a partir da data da assinatura do Contrato e manter essa condição durante sua vigência; atendendo a demanda destacada neste termo de referência, incluindo-se eventuais acréscimos que não deverão ultrapassar os 25% (vinte e cinco por cento) do objeto deste termo;
- 5.12. A CONTRATADA deverá adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável;
- 5.13. Arcar com os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, sociais, previdenciários, acidentários, administrativos e civis, bem como pelos impostos e demais encargos resultantes da execução da

prestação de serviços, além de casos de acidentes de trabalho que tenham relação com a consecução do objeto deste instrumento.

6. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

A CONTRATANTE compromete-se a:

- 6.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto contratado;
- 6.2. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- 6.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 6.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;
- 6.5. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços;
- 6.6. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas correspondentes ao serviço prestado, devidamente atestadas, nos prazos fixados no contrato;
- 6.7. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

7. DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE ATENDIMENTO

- 7.1. A composição das equipes será solicitada pela CONTRATANTE à CREDENCIADA, quanto a seu respectivo volume de pessoal.
- 7.2. A equipe de atendimento composta pela CREDENCIADA deverá obrigatoriamente conter nome de cada um de seus componentes, registro comprovado e válido junto ao CRM SP.

8. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

- 8.1. Havendo prorrogação do presente contrato de prestação de serviços, após ocorrido 12 (doze) meses, poderá haver reajuste de preços, da seguinte forma:
- 8.2. Fica definido o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IBGE) a ser utilizado, observando os seguintes critérios:
 - 8.2.1. Na incidência:

8.2.1.1. A variação verificada no período de 12 (doze) meses apurada na forma citada nos itens acima, será aplicada sobre o preço inicial.

8.3. A CREDENCIADA ficará responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros que resultarem dos compromissos no contrato.

8.4. A CONTRATANTE não assumirá responsabilidade alguma pelo pagamento de impostos e encargos que competirem à CREDENCIADA, nem estará obrigada a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despende com pagamento dessa natureza.

9. DO PAGAMENTO

9.1. A CONTRATANTE compromete-se a pagar o preço conforme valor devido e serviços executados da CREDENCIADA, mediante ao cumprimento das metas e carga horária prevista em contrato.

9.2. A CONTRATANTE compromete-se a pagar o preço conforme valor devido, sendo remunerado o valor serviços efetivamente realizados, mediante apresentação de relatório.

9.3. Os pagamentos serão realizados no 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal, mediante comprovação e atestação do gestor do contrato. Para a emissão da nota, a CREDENCIADA deverá emitir o relatório de prestação do serviço com data e dados dos pacientes atendidos e encaminhá-la ao departamento solicitante para atestá-la.

9.4. Em hipótese alguma será aceito boleto bancário como meio de cobrança.

9.5. A CONTRATANTE procederá à retenção tributária, referente aos serviços prestados, nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

9.6. O pagamento será efetuado mediante a apresentação pela CREDENCIADA dos seguintes documentos que serão arquivados pela CONTRATANTE:

- a) Nota fiscal constando discriminação detalhada do serviço prestado;
- b) CND válida, provando regularidade do prestador de serviço contínuo de contrato formal, junto à Previdência Social;
- c) prova de regularidade perante o FGTS.

9.7. As notas fiscais referentes aos serviços prestados deverão ser entregues em tempo considerável (preferencial no primeiro dia útil do mês), para que a CONTRATANTE possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores.

9.8. A CONTRATANTE procederá à retenção tributária referente aos serviços prestados nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

9.9. Para emissão da nota fiscal é obrigatório que na descrição da nota fiscal conste a especificidade da prestação de serviço, mês de competência (execução da prestação de serviço), e conste as informações conforme previsto na instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

- a) Indicação da Contratante: Fundação do ABC - CNPJ nº 57.571.275/0036-22
- b) Indicação do Número de contrato de gestão: Nº nº024.00118265/2023-810
- c) Número do processo de compras: HGC0423/25
- d) Indicação da Fonte pagadora: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços através de funcionário (s) designado (s) para esse fim, com a incumbência de relatar falhas ou irregularidades que porventura verificar, as quais, se não forem sanadas, serão objetos de comunicado oficial, expedido pela CONTRATANTE à CREDENCIADA.

10.2. A execução do contrato será fiscalizada em todos os aspectos pertinentes ao objeto ajustado, inclusive, reservando o direito de resolução de quaisquer casos omissos ou duvidosos não previstos no memorial de credenciamento ou neste contrato, em especial às especificações, requisitos, sinalizações e segurança, implicando o direito de rejeitar os serviços insatisfatórios, intimando a execução das devidas modificações, quando for o caso.

10.3. O exercício de fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá a CREDENCIADA das responsabilidades pelos danos materiais e pessoais que vier a causar a terceiros ou à CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus prepostos, na execução do contrato, nos termos do Código Civil

11. DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

11.2. Além das penalidades previstas na cláusula 4.8, poderá ser aplicado:

11.2.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, na recusa da empresa vencedora em assiná-lo dentro do prazo estabelecido.

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, por inexecução parcial do contrato, podendo a CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo.

11.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo.

11.2.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE.

11.2.5. Multa de 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato.

11.3. As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei.

11.4. O valor relativo, às multas eventualmente aplicadas, será deduzido de pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de recibo.

11.5. As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

12. DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

12.2. Este instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, em se verificando a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais, assegurados, no entanto, o contraditório e a ampla defesa.

12.3. O não cumprimento das obrigações contratuais pelas partes ensejará rescisão contratual, sendo lícito a qualquer das partes denunciá-lo a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba a outra parte direito de indenização de qualquer espécie.

12.4. Fica rescindido o presente contrato em caso de faltas injustificadas, ou aquelas cujo a justificativa ultrapasse o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação na CONTRATANTE.

12.5. Fica rescindido o presente contrato por morte do profissional médico signatário deste instrumento como representante legal e profissional que atua para a empresa CREDENCIADA para os serviços prestados neste contrato.

12.6. Fica rescindido o presente contrato quando ocorrer modificação no contrato social da CREDENCIADA que implique no prejuízo da execução do objeto contratual;

12.7. O contrato entre as partes será também rescindido quando o ajuste celebrado entre a FUNDAÇÃO DO ABC e o Município solicitante dos serviços for encerrado, por qualquer motivo.

13. DA DIVULGAÇÃO

13.1. A CREDENCIADA autoriza a inclusão de seus dados cadastrais em relações, circulares, manuais ou demais meios de veiculação da CONTRATANTE, salvo mediante sua recusa por escrito protocolada junto à mesma.

13.2. As partes se obrigam a comunicar mutuamente qualquer alteração em seus dados cadastrais no prazo máximo de 10 (dez) dias após sua efetivação.

14. DA VEDAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE CONTRATUAL

14.1. É vedada a exclusividade na relação contratual, sendo as partes contratantes independentes para firmar outros instrumentos jurídicos com terceiros para a mesma finalidade, razão pela qual o presente contrato não gera vínculo empregatício ou qualquer outra obrigação trabalhista, de qualquer natureza, entre a CREDENCIADA e a CONTRATANTE, sendo que cada parte arcará com suas responsabilidades tributárias incidentes sobre a contratação dos serviços prestados.

15. DA LEGISLAÇÃO

15.1. CONTRATANTE e a CREDENCIADA declaram expressamente ter pleno conhecimento da legislação em vigor referente ao exercício dos serviços objeto deste contrato, consignada no Código de Ética Médica, Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro e Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, do Conselho Federal de Medicina, e demais órgãos competentes, obrigando-se a obedecerem às suas determinações.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Resta fixado e aceito que encargos trabalhistas inerentes a quadro de funcionários da CREDENCIADA, seja de ordem administrativa ou assistencial, serão de sua exclusiva responsabilidade, bem como de seus sócios e sucessores, nunca vindo a incidir perante a CONTRATANTE.

16.2. Declara a CREDENCIADA estar ciente que para efetivação dos respectivos pagamentos que se seguirão em função dos termos deste contrato, deverá apresentar conjuntamente com suas respectivas notas fiscais, Certidão Negativa de Débitos – CND e Certidão Comprobatória de Recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

17. DO FORO

17.1. Fica estabelecido para dirimir questões atinentes ao presente contrato, com preferência sobre qualquer outro que o valha, o foro da Comarca de Santo André - SP.

Santo André, _____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE

CREDENCIADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

**ANEXO I- DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DA PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - PROCESSO Nº HGC0423/25**

1.1. Quando utilizados neste Contrato os seguintes termos, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a eles abaixo, exceto se expressamente indicado ou acordado entre as Partes de outra forma:

Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa física, como, por exemplo, nome, CPF, endereço, e-mail, número de IP, número de conta corrente, dentre outras.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” significa qualquer informação que revele, ou qualquer tratamento que venha revelar, em relação a uma pessoa física, sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa vir a ser identificada a partir dos Dados Pessoais.

“Tratamento” significa toda e qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, incluindo (mas não se limitando à/ao), coleta, armazenamento, compartilhamento, destruição, agregação, dentre outros.

“Violação de Dados” significa um incidente de segurança não autorizado que provoque (i) destruição, (ii) perda, (iii) alteração, (iv) divulgação ou (v) acesso acidental ou ilegal a Dados Pessoais.

LEGISLAÇÃO DE Proteção de Dados: significa qualquer lei sobre privacidade e proteção a dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à(s) qual(is) a CREDENCIADA esteja sujeita em conexão com o Contrato (incluindo, sem limitação, e a título de exemplo, interpretações, decisões, acordos ou diretrizes de qualquer autoridade governamental);

LGPD: significa a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, assim como suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições.

Todos os demais termos não definidos neste Contrato que possuem definição na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) serão compreendidos como ali descritos.

1.2. As Partes, neste ato, se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentar (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) (LGPD), e as demais normas setoriais ou gerais sobre

o tema, se comprometendo a tratar os dados pessoais e sensíveis (“Dados”) de acordo com as melhores práticas de proteção de dados utilizadas no mercado, se comprometendo a:

- (i) Atender eventuais solicitações de autoridades brasileiras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- (ii) Respeitar, no Tratamento de Dados, os princípios descritos no artigo 6º da LGPD, disponibilizando aos Titulares todas as informações obrigatórias previstas na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;
- (iii) Manter um programa de segurança da informação apropriado, razoável e por escrito, que inclua medidas físicas, técnicas e organizacionais proporcionais à natureza do dado pessoal tratado sob este Contrato, medidas que correspondam ou superem padrões e boas práticas industriais e que sejam adequadas a prevenir a Violação de Dados Pessoais;
- (iv) As Partes cumprirão a Legislação de Proteção de Dados que tenha conexão com este Contrato;
- (v) Não reter quaisquer Dados por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações ou para cumprimento de prazo fixado em lei específica, salvaguardas e hipóteses em sentido contrário;
- (vi) Respeitar os direitos dos Titulares previstos na LGPD, e responder às solicitações dos Titulares;
- (vii) Manter registro dos Tratamentos realizados; e
- (viii) Notificar, quando exigido pela legislação, as autoridades competentes e os Titulares sobre eventual a Violação de Dados, nos termos do artigo 48 da LGPD.

1.3. As Partes declaram que têm compromisso com a privacidade de seus clientes, parceiros e empregados, sendo sua atuação guiada pelos seguintes princípios: (a) limitação de uso de dados pessoais ao extremamente necessário para atender aos propósitos empresariais; (b) acesso aos dados pessoais apenas por pessoas imprescindíveis e eliminação de dados quando não mais necessários; (c) cuidado adicional no tratamento de dados pessoais sensíveis; (d) transparência com clientes, parceiros e empregados; (e) segurança dos dados pessoais.

1.4. A parte prejudicada terá o direito de ser reembolsada pela parte infratora por quaisquer perdas, danos, multas, custos ou despesas (incluindo despesas e desembolsos legais) incorridos pela parte prejudicada e que resultem de uma Violação de Dados Pessoais, falha na adoção de medidas de segurança exigidas pelo artigo 46 da LGPD ou da violação de algum item desta cláusula em relação a quaisquer dados pessoais tratados em conexão com o Contrato, e que tais valores serão considerados perdas diretas e serão devidos pela parte infratora à parte prejudicada, mediante comprovação.

2. A CONTRATANTE exige que todos os seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, tenham comportamentos socialmente responsáveis e cumpram as disposições legais que proíbem o uso de mão-de-obra infantil e trabalho análogo à escravidão, assim como a legislação que determina a empregabilidade de pessoas com deficiências e dos que buscam o primeiro emprego (PNPE), devendo cumprir todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas com seus colaboradores e/ou da mão de obra terceirizada ou subCRENCIADA.

2.1. A CONTRATANTE declara que cumpre a legislação relacionada aos direitos humanos e não tolera atos de discriminação, assédio ou abuso, suborno e/ou atos ilícitos que favoreçam a exploração de crianças e adolescentes, nos termos da Política de Direitos Humanos da CREDENCIADA.

2.2. A CONTRANTE declara que segue as diretrizes e legislações para preservar o meio ambiente e repudia o uso de recursos naturais não licenciados pelos órgãos de proteção ambiental, bem como cumpre com os procedimentos legais aplicáveis à sua atividade.

Santo André, ____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE

Nome:

CPF:

CREDENCIADA

Nome:

CPF: